



Entre as propostas votadas pelo plenário em outubro estão alterações na CLT

## Senado votou 67 matérias no mês de outubro

Resultado das atividades em plenário dá uma média superior a três proposições por dia útil

O plenário do Senado votou 67 matérias em outubro – uma média superior a três proposições apreciadas a cada dia útil do mês. Entre as propostas está a emenda constitucional que tornou mais explícitos os poderes das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), enviada à Câmara.

O plenário também promoveu alterações na Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT), entre elas a que permite o desdobramento das férias em até três períodos; a que concede ao empregado o direito de faltar ao serviço para comparecimento em juízo; e a que exige a presença de representantes das categorias profissionais nas fiscalizações do Ministério do Trabalho. As comissões também tiveram atividade intensa no mês.

PÁGINA 3

### SENADORES PEDEM NOVA POLÍTICA DE REEDUCAÇÃO DE MENORES

A partir de um discurso de Marina Silva, senadores de diferentes partidos cobraram um novo modelo de recuperação de menores infratores, para evitar problemas como a rebelião da Febem de São Paulo.

PÁGINA 5



### Plenário tem 16 propostas em pauta nesta semana

PÁGINA 3

CCJ

**Comissão analisa limite à reedição de medidas provisórias**

PÁGINA 3



Os senadores da CPI tomam conhecimento hoje do relatório do senador Paulo Souto

CPI DO JUDICIÁRIO

### Sai hoje relatório sobre indenização bilionária do Basa

A CPI do Judiciário reúne-se hoje, às 17h, para que seu relator, senador Paulo Souto, apresente relatório sobre o caso da condenação bilionária sofrida pelo Banco da Amazônia S. A. (Basa) na Justiça.

PÁGINA 2

# Souto apresenta relatório sobre Basa

Relator divulga hoje suas conclusões a respeito da investigação sobre o processo que condenou o Banco da Amazônia a pagar indenização de R\$ 81 bilhões

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no Judiciário reúne-se hoje, às 17h, para que o seu relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresente o relatório sobre o caso, investigado pela CPI, da condenação bilionária sofrida pelo Banco da Amazônia S. A. (Basa). Na mesma reunião, os senadores tomarão o depoimento de Beatriz Rondon Joaquim, que está movendo uma ação cobrando parte da herança deixada por seu pai, que teria ficado integralmente com seu meio-irmão, um desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

O processo que condenou o Basa a indenizar a Sociedade Anônima Brasileira da Indústria da Madeira (Sabim) envolve valores que chegam a R\$ 81 bilhões, de acordo com cálculos efetuados por peritos contábeis da Justiça

## Comissão da Pobreza visita cidades goianas

A comissão especial que analisa alternativas para combater a pobreza e a miséria no Brasil, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), reúne-se amanhã para tratar de assuntos administrativos. Está previsto também, para o mesmo dia, o início das visitas da comissão a cidades goianas localizadas na região do entorno do Distrito Federal.

No dia 9, os parlamentares realizam audiência pública no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. No dia 10, às 14h, o relator, deputado Roberto Brandt (PFL-MG), apresenta seu relatório preliminar.

Nos dias 11 e 12, a comissão deve ir a São Paulo, onde visitará a Cooperativa dos Catadores de Papelão, no bairro de Pinheiros, e a Comunidade São Martinho, no bairro de Belém.



Senadores da comissão ouvirão depoimento de Beatriz Rondon

do Pará, e que foram denunciados à CPI. O valor, segundo o relator Paulo Souto, representa, por exemplo, quatro vezes o patrimônio da Petrobras, a maior empresa brasileira.

Na segunda parte da reunião

de hoje, os senadores ouvirão Beatriz Rondon, sobre um caso denunciado pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro. Herdeira do ex-desembargador Pérciles Rondon, de quem o de-

sembargador Ernani Vieira de Souza era enteado, ela acusa seu meio-irmão de ter usado de sua influência no TJMT para se apossar de todo o espólio, que teria Beatriz como única herdeira legítima.

## Iris Rezende lança desafio de tornar crianças e jovens prioridades nacionais

Ao registrar que no dia 31 de outubro é celebrado o Dia Internacional da Juventude, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) fez uma reflexão sobre o significado das políticas públicas para os jovens. Ele lançou o desafio de tornar a criança e o jovem prioridades nacionais, com a garantia no Orçamento de verbas para a educação suficientes para proporcionar um ensino de boa qualidade.

— Que tal se a energia do Estado fosse canalizada para a boa gestão e fiscalização na aplicação desses recursos? Que tal criar programas de incentivo ao primeiro em-

prego? Que tal assegurar assistência à saúde de maneira digna a toda a população jovem e não apenas àquela cujos pais podem pagar planos de saúde? — propôs.

Na opinião do senador, assegurando aos jovens e crianças educação, saúde, uma boa formação cultural e dando-lhes

oportunidade de exercer sua cidadania política, o Brasil não precisaria seguir o receituário adotado pelo FMI, e poderia construir seu futuro.

Iris Rezende fez uma análise sobre a educação no Brasil e concluiu que as perspectivas são boas. Citando dados oficiais, ele

destacou que em 1998 a taxa de escolarização da população com idade escolar obrigatória atingiu 95,8%. Ele também informou que este ano continuou crescendo a procura pela escola, exemplificando que somente no ensino médio as matrículas foram acrescidas em 11,5%.

Por outro lado, Iris Rezende disse que, no ensino fundamental, quase metade dos alunos estuda em séries que não correspondem à respectiva idade. Ele afirmou que essa defasagem deve-se aos altos índices de reprovação e abandono escolar, que levam à “expulsão” da escola de mais de um quarto dos estudantes brasileiros. Os números citados pelo senador indicam que apenas 4,7% da população brasileira têm formação universitária.



Iris lamentou altos índices de reprovação e abandono escolar

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 1999

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC 211/93, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43 (abertura de creches e pré-escolas pelas empresas); \*PLC nº 22/95, inclui parágrafo único no art. 400 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para criar incentivo fiscal (abertura de creches e pré-escolas pelas empresas); \*PDL nº 56/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Estância Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço (MG); \*PDL nº 57/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade dos Passarinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas (PR); \*PDL nº 62/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Caxiense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul (RS); \*PDL nº 63/98, aprova o ato que renova a concessão de A Gazeta do Espírito Santo — Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Vitória (ES); e \*PDL nº 136/99, aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, quorum e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembleia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: \*PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991; substitutivo da Câmara à \*PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 64 e 84 da Constituição Federal; \*PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; \*PEC nº 37/99, cria o Conselho Nacional de Justiça; e \*PLS nº 154/99, dispõe sobre a criação de Câmaras Intersindicais de Conciliação (CICs). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h — CPI do Judiciário  
Pauta: Apresentação do relatório sobre caso de condenação bilionária sofrida pelo Basa  
Oitiva: Beatriz Rondon Joaquim, caso TJMT. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

Quinta-feira (4.11.99)  
10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 13/95, cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal; \*PDL nº 65/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Conquista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista (BH); \*PDL nº 71/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colon Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Joinville (SC); \*PDL nº 74/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento (RS); e \*PDL nº 76/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Rio Negro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negro (PR).

Sexta-feira (5.11.99)  
9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quinta-feira (4.11.99)  
14h — Comissão para a Erradicação da Pobreza  
Pauta: Reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado apreciou 67 matérias em outubro

Uma das propostas aprovadas em plenário foi a emenda constitucional ampliando os poderes das CPIs, encaminhada à Câmara dos Deputados. Comissões também tiveram mês de intensa atividade

O plenário do Senado deliberou sobre 67 matérias ao longo do mês de outubro, entre elas a proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que tornou mais explícito o poder das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) de quebrarem o sigilo bancário, fiscal e telefônico de cidadãos sujeitos à sua investigação, assim como o de buscar e apreender documentos. A emenda foi enviada à deliberação da Câmara dos Deputados.

O plenário também autorizou o governo brasileiro a contrair empréstimo de US\$ 2,2 bilhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa de Reforma e Proteção Social. Foram aprovadas, ainda, mudanças na CLT, entre elas a que permite o desdobramento das férias em até três períodos; a que permite ao empregado faltar ao servi-

ço para comparecimento em juízo; e a que exige a presença de representantes das categorias profissionais nas fiscalizações do Ministério do Trabalho.

Os senadores aprovaram projeto que simplifica os procedimentos nas licitações internacionais e na dispensa de licitação, assim como iniciativa que facilita o aval a pequenos e miniprodutores rurais e a micro e pequenas empresas. Foram aprovadas também as indicações do general-de-exército José Luiz Lopes da Silva para o Superior Tribunal Militar e do embaixador do Brasil na Itália Paulo Tasso Flecha de Lima para representar o país também junto à Albânia.

Em outubro, a Comissão de Assuntos Econômicos autorizou o refinanciamento da dívida do Piauí e a contratação de empréstimo de US\$ 44 milhões junto ao Banco Mundial para projeto de Proteção

da Saúde das Plantas e Animais.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou alterações no convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento e ouviu exposição do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, sobre o patrimônio da Amazônia. A CPI do Judiciário aprovou três relatórios parciais — sobre adoções internacionais de crianças de Jundiá, irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro e soltura irregular de narcotraficantes no Amazonas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu que os processos penais relativos a crimes sexuais deverão correr sob sigilo de Justiça, para evitar constrangimento a vítimas e acusados inocentes. Também proibiu a circulação, em vias públicas, de cães perigosos sem coleira e focinheira. A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza ouviu os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Educação, Paulo Renato Souza.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou nove emendas ao Plano Plurianual 2000/2003 e cinco ao Orçamento para o ano que vem. Também promoveu audiência pública a respeito de denúncias sobre irregularidades no funcionamento de casas de bingo e instalou a Subcomissão Permanente do Idoso.



Plenário aprovou em outubro diversas mudanças na CLT, entre elas a permissão para desdobramento das férias em até três períodos no ano

## Pai poderá ter direito a creche em empresa

Entre as 16 matérias que aguardam votação do plenário nesta semana, está uma modificação na CLT — que será votada hoje — dispondo que o direito de manter o filho sob vigilância e assistência em creche custeada pelo empregador poderá ser transferido para o pai, quando a este for deferida a guarda da criança, nos casos de separação. Isso porque a CLT prevê atualmente que o local para a guarda da criança é obrigatório apenas para o atendimento dos filhos de funcionárias.

Ao examinar a matéria, a Comissão de Assuntos Sociais entendeu que o legislador dispensou à mulher princípios de proteção que agora devem ser estendidos ao homem, visto que a Constituição assegura a igualdade em direitos e obrigações. Na ocasião, o relator, o ex-senador José Alves, alegou que são inúmeros os casos de faleci-

mento da mãe durante o parto e outras situações que obrigam o pai a assistir os filhos, inclusive em suas primeiras alimentações.

Hoje, o Senado deverá votar, em regime de urgência, projeto autorizando a União a conceder garantias às operações de crédito e de financiamento a serem contratadas no âmbito dos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária. Deverá também deliberar sobre projeto autorizando o Brasil a contratar operação de crédito no valor de US\$ 150 milhões, junto ao Bird, para o financiamento parcial do projeto de Descentralização do Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador (BA).

Também aguarda votação projeto aprovando modificações no convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, concernente à alocação de capital, *quorum* e estrutura de vota-

ção. Essas modificações implicam ainda no seguinte: quando do aumento de capital, a alocação das ações a serem subscritas entre os grupos de países acionistas permitirá que os membros regionais tenham 60% do poder votante, ficando 40% para os não regionais. Relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o projeto já foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Amanhã, o plenário delibera sobre a criação do Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia Legal. Esse programa compreende a concessão de bolsas a fim de que estudantes de último ano de graduação ou pós-graduação, em cursos superiores das profissões de saúde, possam cumprir período de atendimento às populações carentes da Amazônia Legal, por prazo de seis meses.

## Matérias apreciadas pelo Senado

(de 4 a 29 de outubro de 1999)

Emenda constitucional enviada à Câmara	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	8
Projetos aprovados e enviados à promulgação	36
Projetos aprovados e enviados à Câmara	7
Indicações de autoridades	4
Projetos aprovados em primeiro turno	6
<b>Total de matérias aprovadas</b>	<b>62</b>
Propostas enviadas ao arquivo	5
<b>Total de matérias apreciadas</b>	<b>67</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

## CCJ discute emenda que proíbe a reedição de medidas provisórias

A proposta de emenda constitucional que impede a reedição de medidas provisórias pelo Executivo é um dos cinco projetos que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá analisar na reunião marcada para as 10h de hoje. A matéria retornou à análise do Senado, onde já havia sido aprovada, por ter sofrido alterações na Câmara dos Deputados.

A pauta da CCJ prevê a discussão de três projetos de lei: um alterando o cálculo para aposentadoria no setor privado, outro criando a comissão de conciliação (CICs) e um terceiro estabelecendo normas gerais para a promoção das pessoas portadoras de deficiência. Também será debatida proposta de emenda constitucional que cria o Conselho Nacional de Justiça.

Relator da proposta referente a medidas provisórias, de autoria do

então senador Esperidião Amin (PPB-SC), o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou substitutivo restabelecendo que a apreciação das MPs será feita em sessões separadas e não em sessão conjunta do Congresso Nacional como proposto pela Câmara dos Deputados. O senador concorda com o prazo de vigência de 60 dias para as medidas provisórias, com possibilidade de prorrogação por igual período.

Fogaça destaca no relatório que

a análise de MPs pelo Congresso Nacional em sessão conjunta é incompatível com o sobrestamento — que se pretende na proposta — das deliberações legislativas do próprio Congresso e das duas Casas (Senado e Câmara dos Deputados) até que se conclua a apreciação de MP que esteja tramitando.

Já o projeto que altera o cálculo para a concessão de aposentadoria aos trabalhadores da iniciativa privada tem como relator na CCJ o senador Romeu Tuma (PFL-SP). A proposta, que trata da contribuição previdenciária do contribuinte individual, modifica vários dispositivos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A emenda constitucional de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que institui o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, recebeu parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) pela rejeição.

O relator Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é favorável ao projeto originário do Executivo que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade dos portadores de deficiência a lugares e aos meios de transporte e de comunicação, enquanto Amir Lando (PMDB-RO) apresentou parecer favorável ao projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que cria as câmaras intersindicais de conciliação (CICs) com o objetivo de evitar acúmulo de processos na Justiça do Trabalho.



Relator, Fogaça concordou com o prazo de vigência de 60 dias para as MPs

# Simon vê erros do governo nos casos Cemig e Cesp

Para senador, FHC contribuiu para aumentar a instabilidade ao deixar de apoiar decisão contrária a privilégios de acionistas minoritários na empresa elétrica mineira e ao favorecer investidores estrangeiros na venda da companhia paulista



Simon também condenou o uso de medida provisória para prorrogar, "de contrabando", isenção para a indústria de informática de SP

## Carlos Wilson responsabiliza governadores por falta de água na região do Recife

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) criticou a "incompetência administrativa" dos três governadores que o sucederam em Pernambuco, por não terem dado continuidade à construção da barragem do Pirapama, obrigando a cidade do Recife e sua região metropolitana a promoverem racionamento de água. "A população do Recife vive atualmente uma situação humilhante e constrangedora. Às vésperas do terceiro milênio, ainda não conseguiu aquilo que os romanos já tinham há quase dois mil anos: adutoras capazes de atender à demanda de água potável de uma grande cidade", desabafou.

Carlos Wilson disse que é inadmissível que uma cidade do nível do Recife continue na dependência de caminhões-pipa para suprir suas necessidades sanitárias mínimas. De acordo com o senador, é cada vez maior o número de hotéis, restaurantes e edifícios que precisam contratar serviços extras para suprir as deficiências no abastecimento de água.

— O problema do abastecimento de água potável no Recife é um verdadeiro escândalo. Não se pode admitir uma cidade da importância da capital do estado de Pernambuco ser submetida a um tratamento tão degradante por parte dos administradores. Não se diga que é um



Carlos Wilson queixou-se do abandono das obras da barragem do rio Pirapama

problema complexo, imprevisível e de difícil solução. Não existe impossibilidade do ponto de vista técnico e de engenharia. Faltam competência administrativa e decisão política — afirmou.

Segundo o senador, a alternativa mais adequada do ponto de vista técnico foi uma escolha que contemplou a utilização das águas do rio Pirapama, por oferecer diversas vantagens para o abastecimento de água potável da região metropolitana do Recife. "A bacia do rio Pirapama, com área aproximada de 600 quilômetros quadrados, é o manancial mais importante disponível num raio de 40 km da cidade do Recife, com capacidade para dobrar a oferta de água num período relativamente curto", explicou Carlos Wilson.

Ao cometer erros graves na semana passada, o governo Fernando Henrique Cardoso contribuiu para tornar ainda mais instável a situação política e econômica e as relações entre os Poderes, afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), em discurso na última sexta-feira.

Ele começou criticando a atitude do governo frente ao conflito entre o governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), de um lado, e empresários norte-americanos apoiados pelo governo dos Estados Unidos, de outro. "Em vez de ficar ao lado de Minas e da justiça, que suprimiram privilégios concedidos a acionistas minoritários estrangeiros na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), o presidente Fernando Henrique Cardoso autorizou seu porta-voz a classificar Itamar de colonizado", disse o senador.

De acordo com Simon, a reclamação dos empresários norte-americanos com relação ao novo estatuto da Cemig não tem procedência. Ain-

da assim, sem qualquer reação do governo federal, a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília emitiu nota com ameaças de represália ao Brasil, caso a alteração societária da empresa mineira fosse mantida.

Outro "absurdo", no entender de Simon, foi a decisão do BNDES de financiar 50% do valor do lance dado por investidores estrangeiros na compra da companhia elétrica Cesp Tietê, em São Paulo. O senador leu o protesto dos industriais paulistas, que culpam o governo pela perda da disputa na venda da empresa estatal paulista.

Para o senador, o governo aprofundou seus erros ao enviar ao Congresso medida provisória (MP) tratando de mudanças nas regras da contribuição para a seguridade com um artigo prorrogando por 30 dias a isenção fiscal para a indústria de informática localizada em São Paulo. Na avaliação de Simon, a prorrogação veio "de contrabando" numa MP sobre seguridade social, prevista no

último dos 32 artigos da medida.

— Isso parece chicana. Só que é a prorrogação dos prazos de isenção das empresas de informática. Trata-se de uma política imoral, incompreensível e irresponsável. Por que o governo não quis assumir o que estava fazendo? — questionou.

O prazo para a isenção à indústria de informática se esgotou no dia 29, mas só na véspera projeto de iniciativa do Executivo, tratando do assunto, chegou ao Senado, depois de aprovado na Câmara dos Deputados. Simon criticou a pressa do governo em aprovar a manutenção da isenção e elogiou a postura do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que "teria dito que não votaria aquele projeto numa quinta-feira, sem a análise das comissões".

Em aparte, Amir Lando (PMDB-RO) criticou Fernando Henrique pelo uso abusivo de medidas provisórias, e de se rebelar contra o Judiciário sempre que é contestada a constitucionalidade de MPs e leis.

## Lando critica uso de recursos do FAT em leilão

O senador Amir Lando (PMDB-RO) protestou, na última sexta-feira, contra as condições em que se realizou a privatização da Cesp Tietê, em São Paulo. Ele criticou a atitude do governo brasileiro, "que, além de ter vendido a hidrelétrica a preço de banana, ainda cometeu a insensibilidade de usar recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)" para financiar 50% do preço mínimo à empresa americana AES, que pagou R\$ 938 milhões pela hidrelétrica, com um ágio "de apenas 30%".

Lando lembrou que, recentemente, inconformado com os rumos escolhidos pelo governo brasileiro para conduzir o processo de privatização da economia, o empresário Antônio Ermírio de Moraes perguntou se, "ao final de tantos descabros", sobraria alguma coisa para a empresa nacional. "A essa altura eu pergunto: será que vai sobrar o Brasil?", indagou o senador.

Depois de concluir que as privatizações têm se constituído "em um grande desastre para os interesses nacionais", ele disse que só podia entender a "inexplicável atitude" de vender a Cesp Tietê em condições tão desfavoráveis como uma maneira de compensar a retirada do poder de veto aos sócios minoritários da Cemig,



Lando considerou inaceitável o financiamento dado pelo BNDES à empresa norte-americana AES

entre os quais se inclui a AES.

Amir Lando ressaltou que a decisão de privatizar a economia, conforme o receituário neoliberal adotado pelo governo, está baseada em uma falsa premissa. Isto porque a contenção do déficit público, sempre apontado como a principal justificativa para a venda das estatais, "não aconteceu até agora, pelo contrário, apesar de o patrimônio público já ter sido praticamente todo vendido".

O senador classificou a privatização da Cesp Tietê como "um absurdo sob todos os aspectos" e citou os países desenvolvidos que não abriram mão de manter hidrelétricas na condição de empresas públicas. "Nos Estados Unidos, por exemplo, o Exército é o proprietário da maioria das hidrelé-

tricas", lembrou.

De acordo com Lando, as perspectivas são de agravamento das dificuldades econômicas. Após citar declarações do ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, segundo o qual o empresariado nacional não tem propostas viáveis e, por isso, o empresariado estrangeiro deve ser estimulado a participar do processo, ele concluiu:

— O mais lamentável é que estão tirando esses recursos do povo, do FAT! São recursos que poderiam ser utilizados para construção de escolas, de hospitais, reparo de estradas e, quando vamos ver, estão sendo empregados no financiamento, a 5% ao ano, para uma empresa americana adquirir nosso patrimônio — protestou.

# Marina quer ação enérgica de Covas contra onda de violência na Febem

Senadora lembra que problema de menores infratores é nacional e pede ao governador que adote soluções criativas para “dar um basta às brutalidades que vêm chocando todo o país”

A senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou do governador de São Paulo, Mário Covas, ações enérgicas para pôr fim à onda de violência na Febem. Lembrando afirmação do governador de que a solução do problema não depende de dinheiro, a senadora pediu que ele apresente saídas criativas e concretas “para dar um basta às brutalidades e aos atos de selvageria que vêm chocando todo o país”.

Marina Silva ressaltou que o fracasso do modelo das instituições que abrigam menores infratores não é um problema de São Paulo, mas de todo o país. Na opinião da senadora, chegou o momento de se pensar em novas fórmulas de atendimento a esses menores e em ações estruturais de combate à pobreza e à criminalidade infantil.

Para a senadora, o sistema adotado pela Fundação Educacional para o Bem-Estar do Menor (Febem) está



Marina Silva propõe a adoção de programas de amparo às famílias carentes

caduco e não preenche as mínimas condições de atendimento aos menores infratores.

– É um sistema perverso, criado para depositar menores em verdadeiras lixeiras humanas – avaliou.

Marina sugeriu a criação de um novo modelo de casas de recuperação de menores infratores, destacando a necessidade de separação dos internos de acordo com o grau de periculosidade. Os novos centros

teriam cursos profissionalizantes, atendimento psicoterápico e todos os meios necessários para alcançar o objetivo de retirá-los da marginalidade social.

A senadora afirmou ainda que o problema poderá ter solução ou ser reduzido quando for estabelecida uma política de geração de empregos e de adoção de programas de amparo às famílias carentes.

– Enquanto tais providências

não vêm, o jeito é torcer para que o governador de São Paulo encontre uma saída para o problema da Febem paulista que sirva de exemplo para todo o país – afirmou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, destacou que “a Febem já deu o que tinha de dar” como instituição de recuperação de menores. Ele sugeriu que o governador Mário Covas construa casas para os menores nas cidades do interior e feche a Febem.

Também em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que os episódios da Febem de São Paulo são “um escândalo e uma vergonha nacional”, que só poderão ter solução quando o país combater as causas da miséria. A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) afirmou que o desamparo à família carente é a causa da marginalização dos menores, que se transformam em infratores.



Maguito Vilela elogiou a representação do estado no Senado Federal

## Maguito Vilela repudia campanha contra o Acre

O violento processo de difamação que o estado do Acre vem sofrendo por parte da imprensa e da opinião pública, em função de ações criminosas de membros do Legislativo e do Judiciário, foi condenado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). “Não se pode tachar negativamente um estado como o Acre em função de ações criminosas de uma pessoa ou de uma gangue.”

Para o senador, deve-se ressaltar a presença de uma população imensa, honesta e trabalhadora.

– Ali existem políticos sérios, preocupados em construir um estado forte economicamente. Para lá estão sendo canalizados pesados investimentos industriais e de infra-estrutura, que não podem sofrer solução de continuidade em função de erros de uma minoria que tem feito política no estado apenas como instrumentos de realização de projetos pessoais – ressaltou o senador.

Ele argumentou que as notícias publicadas de forma genérica difamam o estado como unidade federativa e em nada contribuem com o esclarecimento dos casos. Ao contrário, avaliou, geram prejuízos incalculáveis para o povo e desviam a atenção daqueles que realmente merecem a punição da Justiça.

Maguito Vilela argumentou, também, que o Senado não pode deixar que um estado como o Acre passe por um processo tão violento de desmoralização.

– Registro, portanto, o meu apoio e a minha solidariedade aos irmãos do Acre e aos líderes políticos sérios daquele estado, tão bem representados nesta Casa pelos senadores Nabor Júnior, Tião Viana e Marina Silva. E o meu repúdio a toda forma de desmoralização perpetrada contra esse estado – afirmou.

## Eduardo Siqueira Campos alerta para agravamento da pobreza no Brasil

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) alertou para o agravamento do problema da pobreza e da miséria no Brasil, que, segundo ele, pode arrastar o país a uma convulsão social sem precedentes e com conseqüências imprevisíveis. “Em verdade, a luta contra a pobreza é uma questão consensual, que está unindo forças políticas antagônicas e que haverá de mobilizar todas as correntes em ação no Congresso Nacional, assim como as demais forças vivas da nação”, afirmou o senador.

Eduardo Siqueira Campos lembrou o encontro entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido, segundo ele,

graças ao interesse comum em erradicar a pobreza no país. Baseado em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o senador disse que os pobres somam 57 milhões de pessoas ou 36% da população brasileira, enquanto os miseráveis atingem 11%, o equivalente a 16,5 milhões de pessoas.

– Se formos considerar o critério adotado pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), organismo vinculado à ONU, nossa situação é ainda mais grave, pois para ela são pobres os que vivem com menos de R\$ 100 por mês, e miseráveis, os que contam com menos de meio salário mínimo mensal, enquanto no Brasil o Ipea considera pobres aqueles que sobrevivem com menos de meio salário mínimo – ressaltou o senador.

Eduardo Siqueira Campos vê luta contra miséria como uma “questão consensual”



## Senador relaciona crescimento à concessão de incentivos

O senador Eduardo Siqueira Campos relacionou o crescente dinamismo das atividades econômicas do estado do Tocantins aos incentivos concedidos às empresas pelo governo do estado, que reduziram a carga tributária de 17% para 12%. Na avaliação do senador, essa “política inteligente” proporciona mais empregos, aumenta o consumo e acaba implicando uma arrecadação maior.

– São cerca de dois mil e quinhentos novos negócios abertos no estado, entre micro e médias empresas, além de sociedades cooperativas. A realidade de hoje supera todas as expectativas, pois a infra-estrutura tocantinense vem sendo sistematicamente melhorada, e a administração estadual tem conseguido atrair investimentos nacionais e estrangeiros que estão arrancando o estado das cadeias que prenderam a região, durante séculos, ao mais cruel abandono e subdesenvolvimento – relatou.

Salientando que o presidente Fernando Henrique Cardoso não exagerou ao proclamar, em sua última visita ao estado, que a região “é um verdadeiro eldorado brasileiro”, Eduardo Siqueira Campos disse que o Tocantins reúne, dadas as suas potencialidades naturais, todas as condições para tornar-se uma das áreas mais prósperas do país.

# Nabor pede protesto da sociedade contra cigarros

Senador ressalta respeitar direito de escolha de cada um, mas lembra que propaganda desenfreada ameaça a saúde dos jovens

Em discurso feito na sexta-feira no plenário, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou a propaganda veiculada pelos meios de comunicação para a venda de produtos à base de tabaco. Depois de apontar estatísticas que dão conta dos casos de morte e de doenças graves causadas pelo tabagismo, o senador disse:

— Existe uma irresponsabilidade cometida por todos nós, ao não protestarmos com veemência contra a divulgação mentirosa de seus piores aspectos, vendidos à juventude e a toda a sociedade, embrulhados nos brilhos do engodo, da malícia e da mais covarde empulhação.

Para o senador, de nada adianta a mensagem após as propagandas de cigarro alusiva aos males que ele provoca. Esses breves avisos, observou, não têm qualquer resultado concreto como inibidores do vício.

Citando estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS), que pertence à Organização das Nações



Nabor: tabaco queima recursos da coletividade em hospitais e tratamentos

Unidas (ONU), o senador ressaltou que, com base nas informações colhidas nos países filiados a essa entidade, foi registrada a ocorrência de 2.479 óbitos em menos de dez minutos devido ao tabagismo. Para colher tais informações, observou, a OMS instalou um relógio em Genebra que mostra, a cada minuto, o número de pessoas que morrem devido a doenças provocadas pelo tabaco.

Outros dados indicam que o tabaco é responsável por 3,5 milhões de mortes por ano em todo o mundo, o que representa 7% de todas as mortes anuais. A participação do Brasil nesse total, segundo Nabor Júnior, é de 80 mil pessoas por ano:

— Afirmando novamente minha postura respeitosa quanto ao direito que cada um possui de escolher seus próprios caminhos e hábitos. Mas o consumo de derivados de tabaco deve ser examinado à luz de valores maiores, por suas implicações na estrutura social globalizada, quando queima recursos da coletividade em hospitais e tratamentos caríssimos, dinheiro que seria melhor empregado na luta contra a fome, na educação e na cultura — disse.

Além de provocar infartos, o tabagismo pode desencadear várias doenças, tais como hipertensão, taxas altas de colesterol e de diabetes, acrescentou. O tabagismo, observou o senador, provoca ainda mais problemas para as mulheres.

## Ademir defende instalação de unidade da Rede Sarah em Belém

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez na sexta-feira um apelo ao ministro da Saúde, José Serra, e ao governador do Pará, Almir Gabriel, para que viabilizem a instalação de uma unidade da Rede Sarah Kubitschek, hospital especializado em doenças do aparelho locomotor, na cidade de Belém (PA).

Segundo Ademir, a excelência dos hospitais da Rede Sarah é conhecida internacionalmente, fato que levou os parenses a organizar um movimento intitulado "Acorda Pará, Sarah já". Além da unidade pioneira em Brasília, a rede já instalou hospitais em Salvador, Belo Horizonte, São Luís e, brevemente, inaugurará um em Fortaleza.

O senador pelo Pará afirmou haver cerca de 12 mil doentes do aparelho locomotor no estado, número que já justificaria a instalação de um hospital es-



Ademir lembrou que hospital em Belém poderá atender a toda a região Norte do país

pecializado como o Sarah, que utiliza a tecnologia mais moderna e dispõe de técnicas arrojadas de formação de pessoal:

— Além disso, a unidade de Belém poderá atender a toda a região Norte — destacou.

Para demonstrar o empenho dos parlamentares da região Norte na construção de um hospital Sarah em Belém, Ademir afirmou que há emendas de bancada dos

27 senadores e 90 deputados dos estados nortistas ao Orçamento do ano 2000 e ao Plano Plurianual para a construção da unidade, seleção e treinamento de pessoal. Ademir lembrou que a Rede Sarah é diferenciada:

— Embora sejam hospitais públicos, prestando serviços de alto nível nas áreas de ortopedia, traumatologia, neurologia e reabilitação, eles não pertencem ao Sistema Único de Saúde (SUS). A rede é administrada pela Fundação das Pioneiras Sociais, que recebe recursos financeiros exclusivamente do Orçamento da União — explicou.

Ao finalizar seu pronunciamento, Ademir afirmou que a instalação de um Hospital Sarah no Pará será importante para resolver as necessidades de centenas de pessoas da região Norte que, atualmente, se deslocam ao DF para se tratar.



Luiz Estevão pretende evitar que maiores de 60 anos vivam situações como permanecer longo tempo em filas

## Estevão quer dar a idoso prioridade na rede pública de saúde

Projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) garante às pessoas com mais de 60 anos de idade prioridade à saúde, nos prontuários, postos de saúde e clínicas conveniadas. A proposta prevê também que a pessoa idosa seja eximida, especialmente, da espera em filas.

Na justificativa da proposta, o senador afirma que a legislação tem assegurado ao idoso doente prioridade no atendimento de for-

ma genérica, dificultando a sua aplicação. Estevão defende, assim, a necessidade de uma regulamentação específica, com normas claras, que propiciem aos idosos o atendimento previsto em lei:

— Com o presente projeto, procura-se, pelo menos, garantir o atendimento ao idoso sem que fique em filas, conduta que já chegou até mesmo a custar vidas, como se vê, a todo momento, pela imprensa — afirmou.

Moreira: só com presença firme, Brasil poderá influir nas decisões sobre o continente



## Para Moreira, Brasil deve reforçar sua presença na Antártida

Ao registrar sua participação no sétimo voo de apoio à Operação Antártica XVII, entre os dias 11 e 19 deste mês, representando o Senado Federal, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) destacou a importância de o Brasil marcar presença na região, justificando que somente dessa forma o país terá respaldo nas decisões políticas e jurídicas que se referem ao futuro daquele continente. Também participaram do voo os deputados João Hermann Neto e Celso Russomanno.

O senador informou que o propósito dos voos é oferecer apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz e prover a troca

de tripulantes e pesquisadores dos projetos em desenvolvimento no continente gelado, mas o Comando da Marinha também busca apresentar aos parlamentares o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), criado para estabelecer as bases da presença do Brasil na Antártida.

Moreira Mendes também relatou visita realizada à Fundação Universidade do Rio Grande, onde está localizada a Estação de Apoio Antártico, na cidade de Rio Grande (RS), quando conversou com pesquisadores que participam do programa e conheceu o material e as vestimentas especiais para o frio necessários às operações no continente antártico.

## Projetos que mudam nomes de aeroportos vão à Câmara

O Senado enviou à Câmara dos Deputados projeto de lei que denomina "Aeroporto Internacional de Guarulhos – Ulysses Guimarães" o Aeroporto Internacional do estado de São Paulo, localizado no município de Guarulhos (SP). O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação, e não houve recurso para sua apreciação pelo plenário.

Ao justificar sua proposta, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o povo, o Brasil e sua história muito devem ao ex-presidente da Câmara dos Deputados. "Esse necessário e singelo resgate de sua lembrança não é mais do que nossa obrigação, como patriotas, de homenagear aquele que entregou-se – e despojou-se de sua vida – para a construção de



Heloísa é autora do projeto que dá o nome de Zumbi e Dandara ao aeroporto de Maceió

um verdadeiro país."

Simon disse que dar o nome de Ulysses ao agitado aeroporto de São Paulo representa a feliz e oportuna associação do dinamismo, do pensar para frente, de um homem moderno e interativo. "Ulysses tinha a energia de um

grande ponto de encontro, de viagens, enfim, de consolidação e transporte de nossas esperanças", observou.

Também foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de lei homenageando os heróis negros Zumbi e Dandara na denominação do aeroporto de Maceió. A proposta, de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL), também foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Educação.

# Patrocínio propõe formas novas para servidor receber os 28,86%

Senador acha que governo pode usar devolução para abater débitos com o Imposto de Renda ou a prestação da casa própria

Propostas alternativas para o pagamento da diferença salarial de 28,86%, devida pelo governo aos servidores públicos civis do Poder Executivo, foram apresentadas pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) na sexta-feira, em discurso no plenário. A sugestão do senador é a de que sejam utilizados mecanismos de compensação de crédito para uso em pagamentos de encargos do servidor com o governo federal.

O crédito poderia ser utilizado, exemplificou Patrocínio, para os devedores do Imposto de Renda de pessoa física, mutuários do Sistema Financeiro de Habitação e beneficiários do programa de crédito educativo. O senador propôs ainda a possibilidade de devolução integral do saldo dessa diferença, em maio próximo, para os servidores que tenham idade igual ou superior a 75 anos ou para os que comprovem doença grave em si próprios ou em dependente. O senador lembrou "a difícil situação financeira em que se encontram os servidores, sem reajustes salariais reais nos últimos cinco anos".



Patrocínio: diluição do pagamento em 14 parcelas prejudicou os servidores

Patrocínio destacou que a Medida Provisória nº 1904, que regula o assunto, está em discussão no Congresso Nacional atualmente, e isso permite que suas sugestões sejam implementadas por meio da apresentação de uma emenda. O senador disse pretender provocar de maneira formal o debate sobre o assunto.

O pagamento dos 28,86%, afirmou Patrocínio, foi determinado

por medida provisória após decisão do Supremo Tribunal Federal. O reajuste é devido desde 1º de janeiro de 1993 a ocupantes de diversos cargos e carreiras do Poder Executivo. De acordo com a medida provisória, os valores serão pagos, a partir deste ano, em até sete anos, nos meses de maio e dezembro, em valores corrigidos pela Ufir:

– A diluição do pagamento em quatorze parcelas semestrais

conduziu a quantitativos líquidos de pequena monta. A situação do funcionalismo público merece a condução do assunto citado de forma mais compatível com o atual cenário. Os montantes não são significativos a ponto de abalar as finanças nacionais, sendo, no entanto, capazes de minorar sensivelmente as agruras das atuais finanças individuais dos servidores – argumentou o senador.

## PROGRAMAÇÃO



### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – Agenda Senado  
Em seguida – Música e informação  
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – A voz do Brasil

Em seguida – Música e informação  
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"  
Em seguida – Música e informação  
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida Música e Informação

## Rocha sugere encontro para superar crise entre Brizola e Garotinho

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou na sexta-feira que vai solicitar à Executiva do Partido Democrático Trabalhista (PDT) a convocação imediata de uma assembleia nacional destinada a analisar a crise que se instalou entre o presidente nacional do partido, Leonel Brizola, e o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. A ideia, explicou, é buscar o desarmamento dos espíritos e o planejamento da atuação futura do partido:

– O fórum apropriado para exposição de divergências partidárias é o próprio tecido partidário – afirmou Sebastião Rocha, ao relatar que não apenas ele, mas todos os outros pedetistas estão se sentindo desconfortáveis e desapontados com o clima de desentendimento entre Garotinho e Brizola que vem sendo amplamente divulgado pela imprensa:

– O que os pedetistas mais dese-

jam nos dias atuais é assistir a Brizola e Garotinho caminhando juntos, de mãos dadas, com o coração liberto de mágoas ou ressentimentos, dirigindo suas energias na busca de soluções para problemas que cronicamente golpeiam o povo brasileiro e o povo fluminense, como a violência e o desemprego – disse.

Na opinião de Sebastião Rocha, as divergências pontuais que acontecem no Rio de Janeiro devem ser contornadas pelo PDT do estado, pois elas "espalham o desânimo e a angústia por todos os rincões do país".

Para o senador, o partido, o estado do Rio e o país não podem prescindir do potencial de líder nacional de Brizola ou da capacidade administrativa de Garotinho:

– Quem tem esperança, como eu tenho, não pode assistir inerte à espoliação inexplicável que teima em apartar a experiência construída por Brizola com sabedoria in-



Rocha: clamor em favor da trégua e expectativa de que Brizola e Garotinho caminhem juntos

igualável da perspicácia manifestada por Garotinho com inteligência notável.

"Eu clamo em favor da trégua", acrescentou Sebastião Rocha, ao apelar para que todos os parlamentares do partido subscrevam uma moção em defesa da unidade partidária e da realização da assembleia nacional que, segundo o senador, conseguirá restabelecer a grandiosidade do PDT.

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# “Visite o Senado” ganha prêmio de relações públicas

Programa coordenado pela Subsecretaria de Relações Públicas, que leva turistas e moradores do Distrito Federal para conhecerem as dependências da Casa, foi vencedor na categoria Imagem Pública Institucional

O Senado Federal foi agraciado, pelo segundo ano consecutivo, com o “Prêmio Idéias 1999”, na categoria Imagem Pública Institucional, com o programa “Visite o Senado”, criado e coordenado pela Subsecretaria de Relações Públicas.

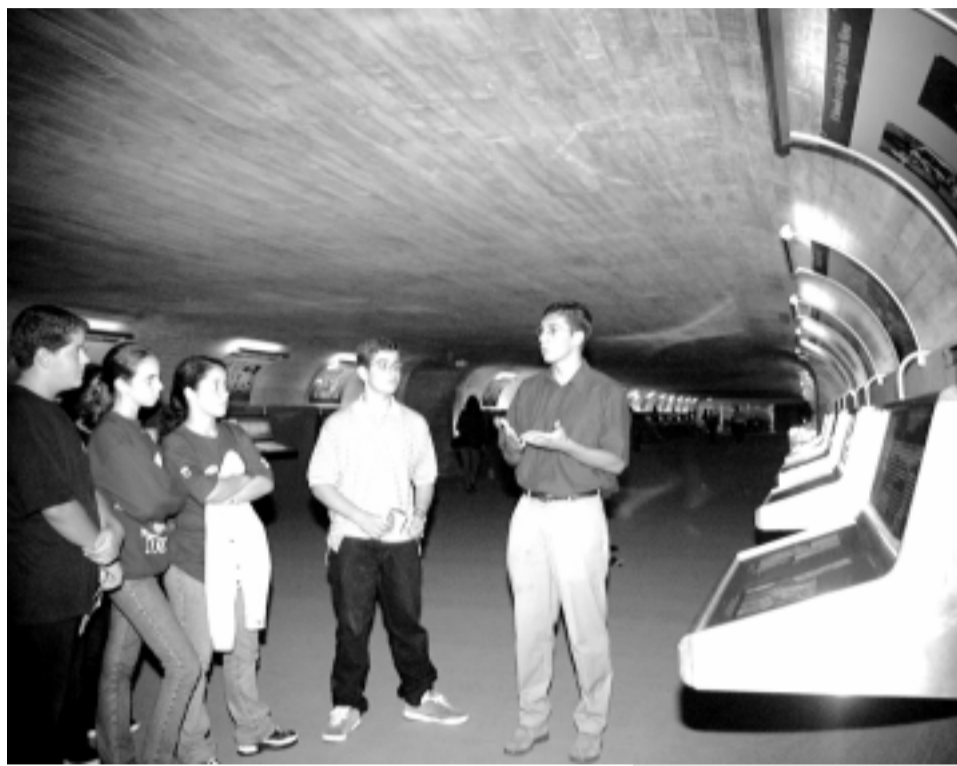
O prêmio, que está em sua sétima edição, é concedido pelo Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas do Rio de Janeiro. No ano passado, o Senado ganhou na categoria Ação no Campo Político com o serviço “A Voz do Cidadão”, que recebe críticas e sugestões pelo telefone 0800 612211.

O prêmio será entregue no dia 10 de novembro, no Iate Clube do Rio de Janeiro, ao diretor de Relações Públicas do Senado Federal, Vinicius Becker Costa, em cerimônia que será precedida por

um seminário no auditório de Furnas Centrais Elétricas. Neste seminário, Vinicius apresentará o programa “Visite o Senado”.

O projeto, explicou o diretor, leva turistas e moradores do Distrito Federal para conhecerem as dependências do Senado e os fatos marcantes de sua história, quase todos os dias do ano e em três línguas: português, inglês e francês.

— Essa premiação decorre da política de comunicação que o Senado Federal vem desenvolvendo e do harmonioso trabalho de equipe. Por tratar-se de uma das principais distinções do setor, para nós, da Subsecretaria de Relações Públicas, representa um estimulante e desafiador reconhecimento ao nosso trabalho, que recolhemos com alegria e humildade — observou.



Moradores do DF e turistas conhecem a história do Senado

## Secretaria de Editoração debate custos e produtividade com imprensa oficial

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado Federal comemorou a passagem do seu 36º aniversário discutindo com diretores e técnicos das imprensas oficiais dos estados formas de redução de custos e aumento de produtividade.

Durante o evento, os consultores Luiz Carlos Martinez e Rosana Alésio, integrantes da Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG) e da Faculdade Theobaldo Di Nigris (SP), ministraram palestras abordando temas como controle de processos, busca da excelência no processo de impressão offset, normas técnicas, atualização tecnológica e potencialização dos recursos produtivos da empresa.



Controle de processos, busca da excelência na impressão offset e atualização tecnológica são temas que interessam à Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Participaram das discussões o diretor da Seep, Claudionor Moura Nunes, o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, o diretor-geral da Imprensa Nacional, Antonio Eustáquio Corrêa da Costa, e o presidente da Associação Brasileira de Imprensas Oficiais,

Sérgio Kobayashi.

A Seep é responsável por todas as atividades gráficas do Senado, incluindo a publicação da Revista de Informação Legislativa, das pautas de discussões do plenário e das comissões e dos Anais do Senado e do Congresso Nacional.

## Leomar Quintanilha fala à TV sobre violência urbana

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) fala, em entrevista à TV Senado, sobre a violência urbana e os recentes acontecimentos na unidade da Febem de São Paulo. Para o senador, reduzir de 18 para 16 anos a idade para a imputabilidade penal dos jovens não irá diminuir a violência. “O



Quintanilha propõe controle sobre programação de TVs

problema que estamos vivendo não é decorrente da legislação, é de outra natureza. Temos até leis demais”, diz o senador. Ele defen-

de, entre outras medidas, mais investimentos na educação para combater a violência.

Quintanilha propõe, também, a adoção de mecanismos de controle sobre os programas veiculados pelos meios de comunicação, pois acredita que “a mídia está vendendo não só a liberalida-

de do comportamento sexual, como também a banalização do crime”.

A entrevista vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

## “Cultura ao Meio-Dia” apresenta *Máfia no Divã*

O projeto “Cultura ao Meio-Dia” apresenta hoje o filme *Máfia no Divã* — comédia americana dirigida por Harold Ramis. O filme conta a história de um poderoso gângster de Nova York (Robert de Niro), que começa a ter a síndrome do pânico quando tem que assumir o papel de líder da máfia. Aconselhado por seu fiel capanga, inicia um tratamento

com um terapeuta (Billy Crystal), que vê sua vida pacata transformada pelo novo paciente.

Desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, o projeto “Cultura ao Meio-Dia” apresenta sessões de cinema todas às quartas-feiras, às 12 horas, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.